

# Um ataque ao ganho de capital

No pacote fiscal, mais IR sobre acréscimos patrimoniais, para combater o déficit e não elevar a inflação

MILANO LOPES

O pacote fiscal que o governo lançará por decreto-lei dentro de duas semanas dará ênfase à elevação do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital, cuja incidência será consideravelmente ampliada com o propósito de captar renda sobre os acréscimos patrimoniais da pessoa física, tanto por incorporação de novos bens como pela valorização dos existentes. No próximo final de semana, técnicos do Ministério da Fazenda estarão reunidos para discutir o detalhamento do pacote e, segundo informações obtidas no Palácio do Planalto, desta vez o aumento da receita não incluirá uma sobrecarga do Imposto de Renda dos assalariados.

Além de aumentar a arrecadação com uma maior tributação dos ganhos de capital, o governo poderá efetuar novos cortes nos gastos públicos (mas acompanhados de um aumento real de tarifas, para garantir a recapitalização de algumas estatais) e também deverá incrementar o programa de privatização. Com isso, pretende-se garantir para 1988 a re-

dução do déficit público para 2% do PIB.

Se depender da Secretaria da Receita Federal, haverá, simultaneamente a uma elevação das receitas, um aumento da carga líquida de impostos, mediante a eliminação dos mais importantes subsídios, a começar pelo do trigo, e a redução dos recursos destinados aos incentivos fiscais, até mesmo os de natureza regional. Contudo, tanto no Ministério da Fazenda quanto no Palácio do Planalto admite-se que não há condições políticas para isso.

A retirada dos subsídios poderia provocar um novo choque inflacionário de difícil controle, especialmente num quadro de inflação ascendente, que rapidamente alcança os dois dígitos. A medida poderia justificar-se, na avaliação dos técnicos, no contexto de um novo choque heterodoxo, com o congelamento de preços e salários. Pelo menos por enquanto, porém, essa alternativa não está na mesa de discussões.

Quanto aos incentivos fiscais de natureza regional, o assunto está sendo regulado pela futura Constituição, conforme o projeto de Bernardo Cabral (acolhido pela Comis-

são de Sistematização) ficou estabelecido que nos 12 meses seguintes à promulgação da Carta o Executivo fará uma reavaliação dos incentivos para efeito de confirmá-los ou não mediante proposição de lei.

## LBC FICA FORA

Tanto no Ministério da Fazenda quanto no Banco Central o setor financeiro é tranqüilizado com a garantia de que não se cogita a aplicação de um desconto sobre os papéis do governo que são transacionados no mercado. A despeito do pesado custo do serviço da dívida, ainda há condições de rolá-la sem recorrer a uma semimortatória, principalmente num quadro de estabilidade inflacionária, ainda que em nível elevado, como o que o governo espera no próximo ano.

Há, também, a garantia oficial de que as Letras do Banco Central (LBCs) não serão gravadas com o Imposto de Renda na Fonte. Elas continuarão isentas de tributação, para manter seu papel de instrumento específico de política monetária.

Embora reconheça que a não tributação da LBC tenha ocasionado

uma perda substancial de receita do Imposto de Renda na fonte proveniente dos rendimentos do Capital — a queda na arrecadação ficará em torno de 50% este ano, em comparação com o ano passado — o governo considera essencial manter essa regra do jogo como garantia de estabilidade do mercado.

Em vista desse quadro, há uma grande possibilidade de que o pacote fiscal seja, mais uma vez, basicamente convencional, repetindo os ajustes nas tabelas do imposto progressivo das pessoas físicas e das diversas deduções. Elas serão ajustadas ao nível da inflação do período, incluindo-se os 26,06% da taxa de junho, que “desapareceu”.

O governo tem em “estoque” um conjunto de idéias sobre a criação de novos tributos, como o imposto sobre o patrimônio líquido, que seria cobrado paralelamente ao Imposto de Renda, e o imposto sobre a herança. Contudo, como essas iniciativas não foram aproveitadas na Constituinte, não há como concretizá-las, agora, pois não há clima no Congresso.

Brasília/Agência Estado